



MUNICÍPIO DE ARGANIL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta n.º 02

Sessão Ordinária
da
Assembleia Municipal
realizada
em

18 de Abril de 2009



Assembleia Municipal

ACTA N.º2

----- Aos dezoito dias do mês de Abril do ano de dois mil e nove, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, pelas dez horas, a Assembleia Municipal de Arganil. Na ausência da Senhora Presidente desta Assembleia, Maria Manuela Dias Ferreira Leite, assumiu a presidência o Senhor Deputado António Carvalhais Costa, secretariado pelo Senhor Deputado Mário Pereira Gonçalves, e pela Senhora Deputada Maria da Graça Moniz da Silva Ferreira, na qualidade de 1º e 2º Secretário, respectivamente.-----

----- Seguidamente o 1º Secretário procedeu à chamada nominal tendo respondido os seguintes elementos: ---

SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS ELEITOS

----- António Carvalhais Costa, Manuel Augusto Simões Rodrigues, Luís Filipe Soares Quaresma, Mário Pereira Gonçalves, Maria Armanda de Paiva Ventura G. Miranda, Luís da Silva Moreira Gomes, António Jorge Martins Barata, Luís Miguel das Neves Campos Almeida, Manuel Dinis Pinheiro, Eugénio Tavares Fróis, António Serra Correia, Fernanda Maria de Almeida Figueiredo Dias, Rui Martins Portugal, Nuno Gonçalo da Mata Nunes, Maria da Graça Moniz da Silva Ferreira, Maria Natália N. Novais Brandão F. Vitorino, Érica Geraldês Castanheira e Sérgio Francisco.-----

SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS COM ASSENTO

----- Paulo Jorge Marques Amaral, Fernando Alves Pereira Afonso, Rogério da Costa Leal, Alfredo Oliveira Gonçalves Martins, António Dimas Folosa, Etelvina Nunes dos Santos, Adelino Antunes de Almeida, João Manuel Rodrigues de Oliveira, Manuel Alberto Saraiva Ribeiro, Arménio Lopes da Costa, José da Conceição Lopes, Amândio Fernandes Dinis, Rui Miguel Almeida Franco, António Souto de Carvalho e José António Gomes da Costa.-----

----- Também estavam presentes os Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Pereira Alves e os senhores Vereadores: Avelino Pedroso, Luís Paulo Costa, António Cardoso e Fernando Castanheira.-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1- Leitura do expediente -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia em exercício leu os pedidos de justificação de falta da Sr.ª Presidente desta Assembleia Maria Manuela Dias Ferreira Leite, dos Srs. Deputados Municipais, Sr. Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge, Sr. Presidente da Junta de Vila Cova do Alva, Alfredo Lourenço e que fazem parte integrante desta acta.-----



Assembleia Municipal

----- Na correspondência que deu entrada até à presente data, referiu uma carta do Presidenta da Junta de Freguesia de Coja, João Manuel Rodrigues Oliveira, a solicitar um relatório da decisão final de um processo disciplinar instaurado ao Sr. Eng.º Rui Garcia Reis.-----

----- Em resposta a esta solicitação, referiu o Sr. Presidente da Assembleia em exercício, estar o inquérito ainda a decorrer, sendo depois respondido pelo Sr. Presidente da Câmara.-----

----- **2 - Assuntos de Interesse para o Município.**-----

----- Interveio o **Sr. Deputado Sérgio Francisco**, que depois de cumprimentar todos os presentes, agradeceu ao Sr. Presidente da Câmara e à Câmara em geral, pela rapidez com que ajudou a resolver o problema do Centro Recreativo de Pardieiros. Referiu ainda, a necessidade de haver naquela zona apoio, pelo protagonismo que tem aquela parte da Benfeita, com a fraga da Pena, Mata da Margarça e Caminhos de Xisto.-----

----- Interveio o **Sr. Deputado Municipal João Oliveira, Presidente da Junta Freguesia de Coja**, colocando duas questões, sendo a primeira referente ao Regulamento de Trânsito de Coja, que foi feito e aprovado nesta Assembleia. Referiu então, que para se fazer as alterações que hoje são necessárias, devido às obras de acesso ao centro da Vila, quem é que faz as alterações relativamente à incidência do trânsito?-----

----- Na segunda questão, referiu o material que está a passar das eólicas através das estradas, que foi necessário fazer alargamento de estradas e cortes de árvores, que embora tenha sido limpo, foi limpo muito mal. Perguntou então, de quem é a responsabilidade, se houve licença da Câmara e a quem se devem dirigir para resolver o problema.-----

----- O Sr. **Deputado Eugénio Fróis**, interveio e após cumprimentar todos os presentes, referiu-se ao Boletim Municipal, e ao espaço reservado à oposição, que consistiu apenas numa folha de letra minúscula, de difícil leitura. Salientou que esta atitude, demonstra a falta de respeito e consideração pela oposição, pelo seu próprio estatuto.-----

----- Continuou, dizendo "*uma oposição deve ter espaço, deve ter voz, deve fazer o seu papel e se o fizer bem, eu penso que o município ganha com isso, tenho dito isto aqui e a razão desta intervenção, vai no sentido, de no futuro haver alguma proporcionalidade e haver algum respeito por estas ideias*".-----

----- Referiu, ainda dentro deste campo, que relativamente à Assembleia Municipal como um órgão tão importante do Município, também foi desvalorizado. Salientou, decisões aqui tomadas por consenso, deliberações por unanimidade e outras, não tiveram o relevo que pensa que deveriam ter neste documento.-----

----- Foi dada a palavra ao **Sr. Deputado António Serra**, que depois de cumprimentar todos os presentes, referiu-se à decisão da Sr.^a Ministra da Saúde, a criação da Unidade Básica de Urgência em Arganil, que embora já tenha sido instituída em regulamento, até ao presente nada existir.-----

----- Continuou referindo, ser esta Unidade Básica de Urgência, um bem não só para Arganil, assim como também para os concelhos vizinhos, pois actualmente, a partir da meia-noite não há determinados meios de diagnóstico.-----



Assembleia Municipal

----- Perguntou então ao executivo, as diligências que tem efectuado, para que seja cumprida uma situação, que é uma lei que foi imposta, a ser colocado em Arganil essa Unidade Básica de Urgências. -----

----- Interveio o **Sr. Deputado Municipal Manuel Augusto** que após cumprimentar todos os presentes, referiu ser esta sua intervenção, referente à pergunta do Sr. Deputado António Serra. -----

----- Referiu então, que houve efectivamente alguns problemas com calendarização, houve outras prioridades, no entanto já foi aberto o concurso para técnicos de radiologia e no máximo em Junho, segundo informação do Dr. Mário Rui, Vogal da ARS, estará a funcionar a Unidade Básica de Urgências. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara**, cumprimentou todos os presentes e passou a responder às questões colocadas. -----

----- Agradeceu em primeiro lugar as palavras do Sr. Deputado Sérgio Francisco, pela rapidez com que a Câmara respondeu à solicitação feita na última Assembleia. Disse ainda que *" tudo faremos naturalmente para valorizar aquilo que é o papel do regionalismo, do empreendedorismo local, que vai crescendo um pouco por todo o concelho.* -----

----- Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Presidente da Junta de Coja, quanto ao Regulamento do Trânsito e nas alterações que se tiveram que fazer, referiu que poderão ser propostas pela Junta de Freguesia, mas terão que ser por deliberação Camarária. -----

----- Quanto à questão das Energias Eólicas e a alguns cortes que foram feitos, referiu que os alargamentos em Estradas Nacionais, foram autorizados pelas Estradas de Portugal, sendo autorizado pela Câmara os alargamentos feitos em Estradas Municipais. -----

----- Salientou, que os cortes feitos na EN 342, poderá ser as Estradas de Portugal a intervir indirectamente, ou a própria empresa que fez os trabalhos, intervir rapidamente, porque de facto é uma situação que já começa a demorar algum tempo, a retirar aquele material lenhoso. -----

----- Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Eugénio Fróis, referiu que o que foi publicado no Boletim Municipal, foi exactamente aquilo que foi entregue pelos Vereadores do Partido Socialista para ser publicado. -----

----- Salientou ainda, que existe Vereadores em regime de permanência e Vereadores em regime de não permanência, sendo este um Boletim Municipal, dizendo respeito a toda a actividade Municipal e não à actividade dos Vereadores do PSD ou dos Vereadores do PS. -----

----- Continuou, dizendo que *"julgo ter dado cumprimento àquilo que é o estatuto de direito à oposição e particularmente àquilo que é um normativo da alta autoridade para a comunicação social no sentido de dar voz aquilo que é a presença da oposição nos órgãos autárquicos. Dizer ainda, que foi por minha solicitação que este texto foi apresentado, naturalmente no decurso daquilo que era um imperativo legal.* -----

----- Quanto à intervenção do Sr. Deputado António Serra, que teve também uma intervenção do Sr. Deputado Manuel Augusto, sobre a Unidade Básica de Urgência, referiu que de facto é um processo que tem demorado mais que o previsto, no entanto teve a garantia do Sr. Secretário de Estado da Saúde, no sentido de rapidamente o Serviço de Urgência Básico se instalar em Arganil. -----



Assembleia Municipal

ORDEM DO DIA

1 - Discussão e Aprovação da acta da sessão ordinária realizada no dia 28 de Fevereiro de 2009.

----- O **Sr. Deputado Nuno Mata**, interveio para solicitar a inclusão do seu nome na lista dos presentes, por este estar omissos. -----

----- A acta foi posta à votação sendo aprovada por maioria, com cinco abstenções. -----

2 – Conselho Municipal de Segurança. Tomada de posse dos membros, nos termos do artigo 9º da Lei nº 33/98, de 18 de Julho.

----- A **Srª. Deputada Graça Moniz** leu a Acta da tomada de posse do Conselho Municipal de Segurança, sendo chamados todos os elementos a assinar a referida Acta, a qual está anexa a esta Acta. -----

3 - Regulamento Geral e Tabela de Taxas e "Tarifas" (Não aplicabilidade do disposto no Artigo 21º do citado Regulamento, para o ano financeiro de 2009).

----- Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para referir que naquilo que são competências da Câmara Municipal e atendendo ao período de crise em que vivemos, competir à Câmara Municipal desenvolver e construir todas as medidas políticas de defesa das pessoas que são mais afectadas por este momento de crise. -----

----- Nesse sentido, apresentou uma proposta já aprovada por unanimidade na Câmara Municipal, relativamente ao regulamento de Tabela de Taxas e Tarifas para não se aplicar o art. que previa a actualização das Taxas de acordo com índice de preços do consumidor. -----

----- Disse ainda *"que se mantivéssemos o valor das taxas exactamente no mesmo ponto que estava em 2008, isto não ter um efeito apenas dos 2,3%, ter um efeito superior, uma vez que existe um art. que determina que os arrendamentos sejam feitos com base em múltiplos, o que nalguns casos designadamente na área dos mercados e feiras, implicavam aumentos muito superiores a esses 2,3%, nalguns casos até 30 e 40%"*. -----

----- Terminou este ponto, propondo, não se actualizar os valores para 2009, mantendo-se no mesmo ponto de 2008, constituindo esta, uma medida também de combate à crise a que estamos todos naturalmente comprometidos. -----

----- Continuou o **Sr. Presidente da Assembleia em exercício**, que informou ter que se proceder à votação, sobre o ponto nº 3, sendo aprovado por unanimidade. Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 92º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, e ulteriores alterações, e para os efeitos do disposto no nº 4 do citado artigo e diploma legal. -----

4- Apreciação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, bem como apreciação e votação dos documentos de prestação de Contas relativos ao



Assembleia Municipal

período de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2008, nos termos da al. c), do nº 2, do art. 53º da Lei 169/99, de 18/09, alterada pela Lei 5 – A/2002, de 11/01. -----

----- Foi dada a palavra ao **Sr. Vereador Luís Paulo Costa** que depois de cumprimentar todos os presentes fez uma breve abordagem sobre os principais aspectos da prestação de contas .-----

----- Começou, por fazer uma breve referência aos Recursos Humanos, salientando um aspecto fundamental e fulcral de todas as organizações e nomeadamente da Câmara Municipal de Arganil, em que terminou o ano de 2008 com 250 colaboradores, incluindo este número 9 Professores que desenvolvem actividades de enriquecimento curricular, que são competências recentes. -----

----- Referiu ainda, ser isto uma oposição com o ponto de partida deste executivo em 2005, em que existiam 262 colaboradores ao serviço da Autarquia.-----

----- Informou, que a média etária dos colaboradores, ronda actualmente 43 anos.-----

----- Continuou, fazendo uma breve referência ao absentismo, em que se registou em 2008, 3.672 (três mil, seiscentos e setenta e dois) dias de absentismo, o que corresponde a uma taxa de 6,7%, sendo esta a mais reduzida dos últimos 3 anos. -----

----- Referiu, que em 2007 a taxa de absentismo tinha sido fixado em 7,98% e em 2006 em 10,8%. Informou ainda, que as faltas por doença no caso concreto de 2008, representaram 50% dos dias de absentismo.-----

----- Relativamente à Formação Profissional, disse " *ser um ano de transição de sistemas de quadros comunitários de financiamento à formação, nomeadamente de transição do 3º quadro comunitário para o QREN e naturalmente, houve uma ausência de mecanismos de financiamento e de participação em relação à formação profissional, que tiveram como consequência que tivesse sido levado a efeito menos acções de formação, que aquilo que era a nossa intenção, sendo certo também, quais as aprovações que foram comunicadas no final do ano* ".-----

----- Continuou, referindo que houve acções de formação que ainda foi possível realizar em 2008, mas uma boa parte foi já concretizada no início de 2009. -----

----- Fez uma referência breve aos programas de actividade ocupacional, designados por POC. Referiu então que no ano de 2008, tivemos 31 projectos de actividade ocupacional, no âmbito dos estágios profissionais e curriculares. Registaram-se 4 estágios profissionais, nomeadamente no âmbito do PEPAL (Programa Estágios Profissionais para Administração Local) e 9 estágios curriculares. -----

----- Relativamente à situação económica e financeira, referiu que em termos globais, a execução do orçamento no capítulo da receita, fixou-se em 58,35%. As receitas correntes, tiveram uma taxa de execução de 81,52%. As receitas de capital 40%. As despesas correntes, tiveram uma execução de 89% e as despesas de capital de 40,19%.-----

----- Seguidamente, referiu outro aspecto relacionado com a despesa, nomeadamente as despesas com o pessoal. Referiu que este capítulo inclui as despesas com o pessoal afecto às Juntas de Freguesia, o que corresponde um valor suportado pelo Município de 285.759,00 €, do qual há a acrescer os valores respeitantes às delegações de competências.



Assembleia Municipal

----- Quanto aos Contratos Programa, o cômputo destes apoios directos às Juntas de Freguesia, aproximam-se dos 900.000,00€. -----

----- Saliou, que em termos globais, a despesa com o pessoal representa cerca de 30% da despesa total paga em 2008. Os dois capítulos que tem depois um peso mais significativo são a da aquisição dos bens de capital com 31,27% e a aquisição de bens e serviços com 20,48%. -----

----- Continuou, referindo que as despesas com o pessoal, têm um limite legal fixado. No caso das despesas com pessoal no quadro, não poderão exceder 60% das receitas correntes do ano económico anterior ao respectivo exercício. No caso do pessoal pago pela rubrica "pessoal em qualquer outra situação" não podem ultrapassar 25% do limite dos encargos referidos no número anterior. -----

----- Referiu ainda, que isto ao longo dos anos, historicamente houve várias abordagens, porque é que seria considerado a título de despesas com pessoal e que não integraria este capítulo, no relatório de gestão está expresso quais são os capítulos que são considerados para o cálculo destes limites, sendo certo, que do ponto de vista técnico, seria correcto que todas as despesas com o pessoal, fossem consideradas para estes limites. -----

----- Saliou, que este limite foi cumprido, havendo ainda uma margem muito significativa. -----

----- Conclui o capítulo, das despesas com o pessoal, referindo que elas têm vindo a decrescer em termos relativos, quando calculadas em proporção das despesas correntes. Temos uma evolução entre 2003 e 2008 que as faz passar um peso em 2003 de 59,9%, para um peso de 50,45% das despesas correntes em 2008. -----

----- Continuou, fazendo uma breve abordagem ao Fundo Social Municipal, que foi introduzido em 2007 com a nova lei das finanças locais. Basicamente aquilo que veio estabelecer é que, das transferências directas por via do orçamento do estado, há um bolo que obrigatoriamente deve ser afecto a despesas de carácter social, incluindo-se aqui a educação, a acção social e a saúde. -----

----- Referiu que neste momento, só há competências transferidas na área da educação. Aquilo que foi esclarecido na lei do orçamento de estado para 2008, é que apenas estão consideradas neste capítulo as despesas de funcionamento dos 3 ciclos do ensino básico suportadas durante o exercício de 2008. -----

----- Saliou, que no nosso caso em concreto, o fundo social Municipal em 2008 foi de 221.610,00€, tendo este valor que ser obrigatoriamente afecto a despesas na área da educação. Em relação a isto, também como consta no relatório de gestão, está perfeitamente demonstrado que este valor foi totalmente aplicado.. -----

----- As despesas com a educação, totalizaram 1.048.960,17€ em 2008, dos quais 276.300,00€ foram comparticipados pelo Estado, por via do fundo social municipal e por via da transferência da DEGal. -----

----- Os transportes escolares, 260.000,00€ foram suportados pela Direcção Regional de Educação e tem a ver com as transferências de competências, no âmbito das actividades de enriquecimento curricular, do fornecimento de refeições. 150.000,00 € foram suportados pelas famílias, o que resulta, que para além destes valores que foram comparticipados, o Município suportou directamente cerca de 360.000,00€ de despesas afectas à área da educação. -----



Assembleia Municipal

----- Conclui, referindo que o fundo social municipal, foi integralmente utilizado nas competências em que devia ser utilizado, tendo ainda o Município efectuado um esforço financeiro significativo de mais de 360.000,00 € nesta matéria.-----

----- Continuou, fazendo uma breve referência em relação à matriz da poupança, em que as receitas correntes de 2008 foram de 7.636.378,87 €; as de capital foram 4.399.496,74 €; total das receitas 12,037.041,95 €. As despesas totalizaram 12.248.000,00 €, significa que houve aqui um investimento que ultrapassou o valor das receitas em 212.000,00 €, valor este que foi suportado pela poupança que já tinha sido transferida do ano anterior.-----

----- Referiu, que em matéria de endividamento, trata-se de uma matéria tratada pela Lei das Finanças Locais, reafirmada anualmente também nas sucessivas leis de orçamento de estado, sendo competência da Direcção Geral das Autarquias Locais, comunicar os limites de cada município.-----

----- No caso do nosso Município, o limite ao endividamento de médio e longo prazo, foi fixado em 7.259.000,00 € e o limite ao endividamento líquido, foi fixado em 9.074.000,00 €. Referiu ainda, que interessará agora verificar e comprovar, se estes limites foram ou não cumpridos.-----

----- Referiu então, que em matéria de dívida bruta, nós vimos de uma situação de 2005 com 8.186.000,00 € de dívida bruta, para uma situação em 31/Dezembro/2008 de 6.294.000,00 €. Estando portanto este limite perfeitamente consignável com aquilo que são os limites fixados pela lei, registando-se neste capítulo da dívida bruta um decréscimo de 1.900.000,00 €, sensivelmente entre o período de 2005 a 2008.-----

----- Continuou, referindo que em matéria de endividamento líquido vimos de uma situação em 2005 de um valor de endividamento líquido no valor de 5.320.000,00 €, o que corresponde a um decréscimo neste capítulo do endividamento líquido, neste período, entre 2005 e 2008, superior a 2.150 mil euros.-----

----- Saliu que se concluiu que os limites fixados na lei, foram totalmente cumpridos. No caso do endividamento de curto prazo, ficou ainda uma margem de 183.000,00 € quase 184.000,00 €. No endividamento médio e longo prazo, terminamos o ano com uma margem de 3.101.000,00 € e no caso do endividamento líquido, terminamos o ano com uma margem de 3.955.000,00 €.-----

----- Relativamente ao capítulo de balanço e demonstração de resultados, em matéria de resultado líquido de 2008, concluímos o ano de 2008, com um resultado líquido de 878.000,00 €.-----

----- Aquilo que define o POCAL é que terá necessariamente que ser afecto às contas de reforço de património e constituição ao reforço de reservas, sendo obrigatório o reforço de património até que o valor contabilístico da conta 5.1 – Património - corresponda a 20% do activo líquido e sem prejuízo desta regra, deve constituir-se um reforço anual da conta 5.7.1 – Reservas legais, no valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício.-----

----- Continuou, referindo que tendo em consideração estes aspectos legais, aquilo que se propõe, é que do resultado líquido do exercício 878.908,020 € sejam contabilizados em 5% as reservas legais no valor de 43.945,41 € e o restante 834.96,79 € à conta de reforço de património.-----

----- Referiu ainda, que no ano de 2008 conseguiu-se finalmente implementar a contabilidade de custos, estando estes aspectos relatados no relatório de gestão.-----



Assembleia Municipal

----- Conclui, que as funções sociais exercidas pelo Município correspondem em grosso modo em cerca de 50% daquilo que são os custos suportados pelo Município. -----

----- Referiu ainda que no 2º capítulo, o que mais pesa em termos de custos, são as funções económicas que correspondem a 26,67% dos custos suportados pelo Município. -----

----- Terminou, referindo serem estes os aspectos gerais das contas, disponibilizando-se para qualquer esclarecimento, para qualquer dúvida ou alguma questão. -----

----- Interveio a **Sr.ª Deputada Armanda Miranda**, que depois de cumprimentar todos os presentes, referiu-se ao ponto nº 4 - Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais. Referiu então que relativamente à apresentação de contas, o parecer da empresa BDO deste ano, retoma as reservas do parecer da BDO do ano transacto, mantendo de novo a reserva relativamente ao critério de valorimetria, que foi utilizado em 2002, aquando do levantamento patrimonial do concelho. -----

----- Continuou, referindo que ao verificarmos que as reservas da BDO relativamente aos critérios de valorimetria levam a não validar o montante de 40.227.457,00 € que é o valor do levantamento patrimonial e ao não validar este montante, basear-se de que o critério de valorimetria utilizado aquando o levantamento, não permitiu atribuir um valor exacto ou levantar exactamente todo o património e porque relativamente, a algum património cujos preços e cujos valores já não eram conhecidos, foi utilizado o critério de atribuir o valor da última obra relevante para a sua valorização. -----

----- Referiu ainda, este critério poder ser seguido relativamente a este caso. Baseando-se ainda na questão de que antes de terem avançado para este critério, não foram esses bens objecto de uma avaliação por peritos e que esta não utilização de peritos para a valorização de algum património, porque os órgãos competentes na altura acharam que esse património não era possível ser valorizado por essa via, atribuindo-lhe o valor de uma obra que tinha valorizado, que o mantinha em funcionamento e que era conhecido. -----

----- Disse ainda " *que não tendo o ROC feito reserva relativamente aos valores amortizados, aos valores afectos a amortização, fazendo sim referencia ao não validar o montante total do património, não o montante das amortizações, que seria uma coisa que seria importante em termos de apreciação das contas e da evolução das contas do Município e daquilo que se chama em contabilidade o principio de precaução. Como é que vamos resolver este assunto? Não vamos estar a pagar, para ter o ROC todos os anos e eles a dizerem, vocês não valorizaram isto à 5 anos à 4, 3 ou 2 anos, eu não valido*". -----

----- Saliou, que temos que resolver este assunto, ou pôr este assunto nas estâncias competentes, para ser resolvido, perguntando então se pode ou não utilizar-se este critério e quem é que é competente para definir este critério aquando do levantamento do património, para isso poder ser resolvido este ano, no próximo, ou logo que possível. -----

----- Terminou, perguntando ao executivo, como é que a Câmara está a pensar resolver este problema e conclui, dizendo " *relativamente a esta questão que nós devemos hoje também aqui aprovar, temos que apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações. Vamos aprovar isto hoje, mas temos esta reserva, que eu acho que temos que resolver rapidamente, ou vamos dizer como é que vamos resolver, para podermos aprovar*". -----



Assembleia Municipal

-----O Sr. **Deputado Eugénio Fróis** interveio, referindo ser para si as contas algo difícil, sendo os documentos de apoio numerosos, extensos e de difícil leitura e em face disso, haver a tendência para se apoiar nos documentos de síntese, quer seja o documento dos auditores, ou da Reunião de Câmara, onde já tudo isto foi analisado e discutido. -----

----- Referindo-se ao documento dos auditores, que é de facto uma síntese que permite ter uma ideia global das contas e do seu desempenho por parte do executivo, estando no entanto lá expressos uma das preocupações aflorada pela Deputada Armada Miranda, assim como estão expressos dois problemas, sendo um, essa quantificação dos valores do nosso património e o outro o problema da ADSE. -----

----- Reforçou, que de uma forma cautelosa, temos que avançar à procura de uma solução, no sentido de a curto e médio prazo termos este problema resolvido. -----

----- Terminou, dizendo " *as contas são naturalmente a expressão de uma actividade política e quanto a essa actividade política nós PS temos demonstrado de uma forma clara, uma outra perspectiva. Estas contas incidem nomeadamente na festa, feira, romaria, na gastronomia, etc., privilegiando estes aspectos. O PS entende que o apoio social numa situação difícil, o apoio à fixação dos jovens, a criação de emprego de qualidade que fixa os nossos quadros, o apoio social, o apoio efectivo do desenvolvimento económico, o apoio a um turismo que se prevê ou seja integrado, devem ser prioridades e essas prioridades não foram para este executivo Municipal. Por isto e em síntese, esta bancada no seguimento dos votos dos vereadores do PS, irá naturalmente, por estes motivos que eu procurei evidenciar de uma maneira breve e simples, votar contra estas contas de 2008*". -----

----- Interveio o **Sr. Deputado Municipal Luis Quaresma** que após cumprimentar todos os presentes, fez uma apreciação generalizada às contas e um comentário à intervenção do Sr. Deputado Eugénio Fróis, com a crítica que fez referente à despesa, investimento, onde é que a Câmara investiu os valores que recebeu. -----

----- Referiu então, que certamente o colega Eugénio Fróis, não viu o quadro da Pág. 82, do Relatório da Gestão, onde de uma forma sintética se vê o ano de gestão autárquica de investimento em termos de custos. -----

----- Continuou, referindo não ser adequado e justo, dizer-se que a Câmara não investiu nos sectores sociais, porque ou não se acredita no gráfico, ou faz-se uma tentativa de alguma forma de desonestidade intelectual, dizendo coisas que lá não constam, pois face aos elementos do gráfico o maior custo que a autarquia teve, se prendeu com transportes, como o 4º maior custo a cultura, assim como o abastecimento de água, que é um bem essencial e o serviço auxiliar de limpeza como o 3º maior custo. -----

----- Relativamente à questão da certificação referiu ser a certificação das contas ao longo de anos, uma batalha desta bancada do PSD, durante os anos em que o PS esteve à frente dos destinos da Câmara, tendo esta bancada lutado por uma verificação externa das contas. -----

----- Continuou, dizendo " *que se recorda, que chegou a votar-se aqui uma proposta de auditoria às contas, foi sempre um cavalo de batalha porque esta bancada na altura não acreditava nas contas que nos eram apresentadas. Essa auditoria externa foi sempre recusada pelo PS, nunca sequer foi admitida a hipótese de colocar a uma verificação externa as constas. Congratulo-me que este executivo desde o 1º ano, tenha decidido fazer este escrutínio da veracidade das contas através de uma empresa externa, uma empresa privada, que nada*



Assembleia Municipal

tem a ver com organismos públicos, faz o seu trabalho, cobra os seus honorários e que de alguma forma nos leva a concluir a todos que as contas que estão aqui, são verdadeiras". -----

----- Referiu ainda, ficar contente e gratificado, enquanto membro da bancada do PSD que apoia o executivo, em as duas únicas questões de relevo levantadas pela empresa auditores, seja a questão do património e a questão da ADSE, pois como todos sabem a questão da ADSE é uma questão que se discute à anos, sendo também discutida pela Associação Nacional de Municípios e ninguém chega a entendimento quanto a essa matéria. -----

----- Quanto à questão do Património, referiu ficar de alguma forma contente, por apesar de o problema não dever existir, não ter sido o PSD a criar este problema, pois este foi criado quando foi feita a avaliação de forma ligeira, com falta de profundidade na avaliação em 2002, altura em que era o PS que governava os destinos desta Autarquia. -----

----- Continuou, referindo isto não desculpar porem que este executivo tenha que fazer algo nesse sentido, uma vez que não está de acordo com as regras contabilísticas, no entanto pensa que a questão que já em 2002 justificou que o inventário fosse feito da forma que foi, é a questão dos custos, porque fazer um inventário de acordo com as regras contabilísticas através das avaliações por peritos, de imóvel a imóvel, é algo que vai ficar muito caro a este Município e é preciso nós Assembleia discutamos se é ou não pertinente fazer esse tipo de investimento, ou seja, se não há investimentos que sejam mais necessários para o concelho, do que gastar centenas ou milhares de Euros, para efectuar uma avaliação correcta e exaustiva do Património. -----

----- Referiu ainda, ser esta uma questão que gostaria de ver discutida na Assembleia, porque é uma questão que teremos que ponderar sobre ela, é uma questão política acima de tudo e uma questão de colocar as contas dentro das regras da contabilidade. -----

----- Comentou, que quanto aos números que foram apresentados, na regra do equilíbrio orçamental, chega-se à conclusão pela análise destas contas, que ouve um grande esforço da parte do executivo para que este objectivo seja cumprido, nos últimos anos tenhamos tido um ano em que as despesas correntes foram inferiores às receitas correntes, algo que todos nos deveríamos regozijar, pois foi possível retirar das receitas correntes alguma verba, para despesas de capital, o que é muito importante, pois significa que realmente houve uma gestão séria, criteriosa e que poupou naquilo que se podia poupar, para que depois houvesse um excesso, que pudesse ser aproveitado para despesas de investimento. -----

----- Disse ainda "*isto é algo que não pode ser escamoteado e se nenhum de nós o dissesse aqui, penso que não estaria de alguma forma a prestar um bom serviço ao concelho e não valorizar o trabalho do executivo*". -----

----- Continuou, referindo que em relação à questão da dívida, chega-se à conclusão de que as obras que já foram feitas durante este mandato, que se conseguiu que a dívida bruta desde 2005 a 2008 tivesse um decréscimo de 1.900.000,00 €. Se for por outro tipo de apreciação, que é o endividamento líquido, vemos que esta diferença, ainda é superior, pois de 2005 a 2008 houve um decréscimo de dívida de 2. 150.000,00 €. -----

----- Realçou então, isto ser algo muito importante e estes números serem inquestionáveis. No entanto, as despesas de capital ficaram muito aquém daquilo que seria desejável, pois para um orçamento de 6.398.000,00€, apenas houve uma execução de 1.197.000,00, o que é muito preocupante, significando que de um montante que



Assembleia Municipal

rondava seis milhões de investimento apenas se conseguiu fazer um milhão e pouco, o que significa, que o concelho neste momento poderia estar muito melhor se os outros cinco milhões que faltam, tivessem sido investidos. -----

----- Saliu, que a culpa desta situação foi única e exclusivamente do atraso, da parte do FEDER e das participações da União Europeia, pois é algo que não compete e não depende da Câmara Municipal, depende sim do Governo, da Nação e do QREN. -----

----- Terminou, referindo que estes cinco milhões que este ano não entraram, possam entrar no próximo ano e anos seguintes, pois se assim acontecer, com a boa gestão autárquica que tem sido efectuada, se vierem esses cinco milhões, o concelho poderá desenvolver-se e dar um salto em frente em termos de evolução económica ou social. -----

----- Interveio o **Sr. Deputado Luís Almeida**, que após cumprimentar todos os presentes, referiu que foi membro da Assembleia Municipal no executivo anterior, onde se tentou que o referido executivo recorresse a um auditor externo, alguém independente que certificasse e validasse essas mesmas contas, porque de facto havia ali muitas dúvidas, tendo sido esse recurso sempre negado. Agora, é bom ver que a bancada do PS, refira e se baseie nas contas deste auditor da BDO, que acredite nelas, pois é bom ter um instrumento deste tipo, com uma análise real, verdadeira, independente, até parece fácil realmente assim desta forma validar e omitir opinião e criticar. -----

----- Referiu ainda, ficar contente em ouvir o Sr. Deputado Eugénio Fróis, que também olha para este relatório da BDO e faz dele a sua análise. Vê que realmente a bancada do PSD tinha razão, e agora ficar contente em o actual executivo o tenha cumprido e o tenha feito. É sinal que realmente esta bancada estava no bom caminho e que inclusive a vereação do PS nos dá a razão disso mesmo. -----

----- No entanto, referiu as duas reservas que vêm do executivo anterior que de facto é um problema que não sabe como irá ser resolvido, terá que ser este executivo no próximo mandato a fazê-lo.

----- Continuou, dizendo que "*nós Assembleia Municipal cá estamos também como disse o meu colega Deputado Luís Quaresma, para avaliar e para aferir sobre o mesmo*" -----

----- Relativamente á questão da ADSE, referiu ser uma questão mais antiga e apesar de haver divergências de opinião na vereação PS, a melhor solução, é o recurso à via judicial, porque não faz qualquer sentido, alguém vir aqui falar e imputar culpas, quando elas no fundo são imputáveis, pois 30 anos é um tempo demasiado alargado.

----- Terminou, salientando o ponto 5, onde as referidas demonstrações financeiras, apresentam de forma verdadeira a situação financeira do Município de Arganil em conformidade com o POCAL, à excepção dos pontos 3 e 4, que se formos a analisar é algo que este executivo não tem directamente culpa. -----

----- Disse ainda, que "*tendo este documento que diz que as contas são verdadeiras de acordo com o POCAL, havendo só estas duas reservas, sinceramente não compreendo muito bem a posição da bancada socialista em ser contra*". -----

----- Concluindo, referindo que quem trabalha nunca deve recear ser avaliado, portanto este executivo está a fazer o seu trabalho, não teve medo de ser avaliado e como tal recorreu a um auditor externo e muito bem. -----



Assembleia Municipal

----- Interveio de novo o Sr. **Deputado Eugénio Fróis**, referindo ao Sr. Deputado Luís Quaresma, não ter dito que este executivo não investiu na área social ou na educação, dizer uma coisa diferente, investiu pouco, mas investiu. -----

----- Referiu ainda que a despesa foi contida, mas tem um bom resultado, a ideia geral é essa, esquecendo-se de referir que a nível nacional e internacional se vive um momento difícil e uma época de exigência e que esta iniciativa, que saúda de contenção, é também fruto dessa conjuntura que aponta fortemente nesse sentido. -----

----- Continuou, dizendo " *disse que o executivo não tinha apresentado obra, mas foi um forma de poder dizer que não apresentou obra mas a culpa não é do executivo, é evidente que isto é uma forma de dizer as coisas, podemos vê-las, por outra maneira, dizer por exemplo, também o nosso Governo permitiu com a sua dinâmica que este executivo e ainda bem que o conseguiu, promove-se um conjunto de iniciativas de grande interesse. Estou a falar nos Centros Educativos neste concelho, onde de facto são iniciativas destas que traduzem na melhoria da qualidade de vida das populações*". -----

----- Terminou, referindo que é também neste ambiente favorável do nosso Governo, que está a criar um conjunto de rodovias extremamente importantes, para permitir a afixação das pessoas. -----

----- Salientou, serem estes aspectos determinantes e referindo-se ao Sr. Deputado Luís Quaresma, referiu este não ter referido por exemplo que no domínio do ensino e formação, que este executivo continua sem um coordenador no Polo de Arganil. São aspectos também que podemos referir verdadeiros e que são efectivamente situações que não nos agradam. -----

----- Conclui, referindo que o voto contra daquela bancada, assenta nestas ideias gerais. -----

----- Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. **Deputado Manuel Augusto**, que referindo-se às intervenções dos Srs. Deputados Luís Quaresma e Luis Almeida, ao referirem que a culpa do inventário da reserva da BDO é do PS, porque não lhe fez o inventário de 2002. -----

----- Continuou, referindo que entretanto este executivo está há 3 anos no executivo e agora é alegado que não foi feito nada, porque tem custos elevados para se fazer na avaliação corrente. Então, foi o mesmo problema que esteve na origem de não ter sido feito no anterior executivo PS, de qualquer maneira já passaram 3 anos, estamos quase com o mandato cumprido. Portanto à semelhança do que aconteceu com o inventário feito pelo PS de 2002 a 2005, a situação será a mesma. -----

----- Em relação às obras, em não vir comparticipação do Governo Central, salientou que, a Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal enquanto Ministra das Finanças, também legislou e cortou muitas obras, candidaturas ao FEDER pela Autarquia, nomeadamente o Polidesportivo e a Piscina Municipal, duas obras que foram cortadas, foi a legislação que a Sr.^a Presidente, na altura Ministra impôs. Também como estamos a viver neste momento, impediu que o executivo PS, tivesse feito mais obras nessa altura. -----

----- Quanto à dívida da ADSE, e á intervenção do Dr. Luís Paulo na Reunião de Câmara, a respeito das contas, que a ADSE tinha custos muito elevados e que tinha recebido uma factura de 25.000,00 €, perguntou então se efectivamente é obrigatório por Lei, inscrever os funcionários na ADSE, se não há vínculo ao quadro por



Assembleia Municipal

imposição da Lei, se não seria possível inscreve-los na Segurança Social, diminuindo desde logo esse impacto dessas despesas muito acentuadas.-----

----- Inteveio de novo a **Sr.ª Deputada Armanda Miranda**, referindo que estas entidades independentes, as suas independências são independências só porque não subordinadas, mas independências é outra coisa. Isto, só para dizer " *que as únicas reservas que foram levantadas pelo parecer da BDO, se referem a problemas levantados por outros executivos, não são problemas de agora, eu acho isso estranho, eu não diria que isto são problemas doutros executivos, isto são problemas da Câmara Municipal de Arganil, de há muito anos, alguns com data precisa*".-----

----- Continuou, perguntando, se o executivo do PS de 2002, que fez o primeiro levantamento do património do Concelho de Arganil, efectuou com insuficiências, porque é que este executivo ainda não mexeu neste assunto, pois à 3 anos que estamos a trabalhar, se o património é uma questão importante, já devia ter sido corrigido.-----

----- Terminou, perguntando se o património do Concelho não merece um levantamento exaustivo e correcto, não tem valor e então, se o património do concelho não justifica o seu correcto levantamento, é porque o levantamento feito é considerado suficiente.-----

----- Inteveio o **Sr. Deputado Municipal Luis Quaresma**, referindo não ter sido bem entendido, porque o que referiu em relação ao património, é que se deveria reflectir em termos de futuro se realmente vale a pena ou não, é uma prioridade do Concelho e do executivo, fazer o investimento que é necessário para obtermos os valores correctos em termos de valores de património.-----

----- Referiu ainda, que a oposição tem também o papel de exigir, fiscalizar e fazer de alguma forma pressão e até hoje não ter ouvido qualquer intervenção nessa matéria. Desafiou a bancada do PS, caso entenda que essa questão é uma questão pertinente, essencial para o concelho, que no próximo Orçamento e Plano, faça esse tipo de propostas para serem aqui discutidas.-----

----- Quanto às questões levantadas pelo Sr. Deputado Manuel Augusto, relativamente à actividade da Dr.ª Manuela Ferreira Leite, enquanto Ministra das Finanças, referiu que as grandes medidas tomadas foi de alguma forma o inicio de uma reforma fiscal profunda, nomeadamente o IMI, IMT e Imposto de Selo.-----

----- Continuou, referindo que já lá vão uns anos que foram revogadas essas legislações e no entanto essas medidas e essas reformas não foram assim tão más, porque ainda não se viu o PS a mexer nelas e nenhum Ministro das Finanças do PS dizer, vamos fazer novas reformas, vamos revogar tudo o que foi feito. Portanto, a acção da Dr.ª Manuela Ferreira Leite, foi uma acção importante para o País. Na altura nesta Assembleia discutiu-se a questão do IMI, o impacto do IMI e a posição que o PS teve sobre o IMI e hoje em dia chega-se à conclusão que as novas regras do IMI não foram assim tão más e injustas.-----

----- Quanto aos cinco milhões de euros que o Estado deve à Câmara, referiu que fazem muita falta, as obras poderiam estar muito mais avançadas, haveria obras que já poderiam estar concluídas e não estão, porque ou se espera que o dinheiro chegue, ou se contrai mais dívida.-----

----- Referiu ainda, que como estamos em ano de eleições autárquicas e não estivéssemos perante um executivo ponderado, se calhar teria havido recursos ao crédito para se fazer algumas obras. Porque era bonito



Assembleia Municipal

apresentá-las este ano prontas, mas não foi essa a política seguida, porque este executivo preocupa-se com o presente e preocupa-se também com o futuro. -----

----- Relativamente à questão dos investimentos nas áreas sociais e áreas políticas, referiu que o PS enquanto Governo veio com grandes propagandas acerca do investimento nas obras das escolas, na requalificação de parque escolar e depois, temos uma situação em Arganil, que o executivo deve uma quantia substancial por uma escola, que a Câmara já fez, já está ao serviço da população e cujas transferências que o Estado deveria ter feito à Autarquia, ainda não sucederam.-----

----- Terminou, referindo que mais uma vez isto demonstra que o Governo fala muito bem demagógicamente, em termos de propaganda ninguém consegue igualar este 1º Ministro, mas depois em termos práticos, vê-se que isto dá zero. -----

----- Seguidamente foi dada a palavra ao **Sr. Deputado Manuel Augusto**, que respondendo ao Sr. Deputado Luis Quaresma, referiu mais uma vez que a legislação imposta na altura pela Dr.^a Manuela Ferreira Leite enquanto Ministra das Finanças, não teve só a ver com a alteração do código do IMI, teve a ver com cortes e com uma Lei que proibia o endividamento das Autarquias, como de certa maneira foi feito posteriormente.-----

----- Salientou, que se as Autarquias e nomeadamente a anterior Autarquia PS, pudesse ter avançado com as obras e os fundos comunitários tivessem vindo, hoje estariam ainda na mesma como gestor da Câmara Municipal de Arganil. -----

----- Em relação ao débito do Governo Central, referiu que em várias Assembleias Municipais, quando se fazia guerra da parte da bancada do PSD do débito do anterior executivo, ter sempre referido que havia muita obra feita e que ainda não tinha sido recebida, sendo recebida por este executivo. -----

----- Continuou, dizendo " *as coisas são assim, é assim infelizmente, os problemas não se resolvem de um dia para o outro. É bom realmente quando o PSD neste momento que está na maioria tenta culpabilizar o Governo Central por os dinheiros virem atrasados, efectivamente o anterior executivo também fez obra e foi recebido posteriormente e não foi tão pouco como isso, como eu já demonstrei em anteriores Assembleias Municipais. Por este executivo é que as contas, as facturas para pagar contavam na despesa, mas depois aquilo que foi recebido não contava nas verbas que este executivo recebeu.*" -----

----- Interveio a **Sr.^a Deputada Armanda Miranda**, para em resposta ao Sr. Deputado Luis Quaresma, referindo-se ao ponto nº 4 que especificamente diz – "*Apreciação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação*" - referiu que para apreciarem e validarem este ponto, precisam de saber algumas informações, sendo por isso que o estão a debater desta maneira, tendo já posto algumas questões directamente. -----

----- Continuou, perguntando, se o precisamos de validar com estas insuficiências, ou se não o podemos fazer melhor e então validamo-lo ou não.-----

----- Interveio de novo o **Sr. Deputado Municipal João Oliveira, Presidente da Junta Freguesia de Coja**, referindo-se como independente, abordou a maneira muito especial como as contas da Câmara são apresentadas, salientando que o Dr. Luis Paulo merece o nosso apoio na medida em que as contas estão



Assembleia Municipal

perfeitamente espelhadas. Disse ainda," *num conselho ao PS, na medida em que em princípio espera ganhar as próximas eleições, ser simpático convidar o Dr. Luís Paulo para continuar no mesmo trabalho que teve, porque nos candidatos que se avizinham, não haver alguém que tenha a capacidade para fazer isso*". -----

----- Salientou, que quer numa análise superficial, quer depois numa análise mais profunda, tudo quanto se pretende saber da Câmara é possível saber pelos elementos que foram dados. -----

----- Continuou, referindo a questão mais discutida, o património, pondo-se o problema se vale ou não a pena uma avaliação exaustiva de todo o património. Referiu então que para si próprio, vale a pena, e utilizando uma frase da Deputada Armanda Miranda, em que o património está cá, ninguém o leva, ninguém o traz, portanto é uma questão de tempo e como o património embora tenha influência na questão do balanço, mas num caso particular se é numa empresa é uma situação, num caso particular numa entidade pública a influência das amortizações não lhe parecerem que seja crucial. -----

----- Quanto à ADSE, referiu não valer a pena falar-se mais nela, na medida em que vai continuando até ter uma decisão definitiva, que não se chega a saber qual é. Possivelmente é uma proposta para ir para tribunal e o tribunal acabar por decidir. -----

----- Relativamente ao investimento não feito, devido à falta de apoios e que se consideram mal, referiu ter que se ponderar se alguns investimentos não terem sido feitos, será um mal ou será um bem. -----

----- Conclui, dizendo" *como se está hoje a ver, o investimento rentável vale a pena fazê-lo, o outro que não tem, não há uma necessidade absoluta. Não sei se será de ponderar alguns dos investimentos que no fundo são propostos pela Câmara*". -----

----- Interveio de novo o Sr. **Deputado Eugénio Fróis**, referindo não ser prática, ninguém esperar que se façam candidaturas e passados 15 dias, ou meio ano se tenham os dinheiros. Isso não aconteceu agora, não acontecia anteriormente, é um comportamento expectável e não ser por isso que se tem que parar as obras.-----

----- Referiu ainda, não ter nenhuma procuração do Sr. Primeiro Ministro, nem ele naturalmente os escolheria para o defender, pois quem o defende são os Portugueses e os Portugueses quando vêm políticas concretas no terreno, que tenham minorado as situações difíceis que aí vêm e são esses no seu conjunto maioritariamente a fazer fé nos estudos da opinião, que de facto nos devem dar essa ideia. -----

----- Relativamente à bancada independente, referiu ser uma bancada independente só no nome, mas sim parcial, que alinha politicamente. Referiu então, que o PS irá apresentar na altura própria nomes de reconhecido prestígio, que a todos nos vão prestigiar e que serão efectivamente candidaturas creíveis. -----

----- Interveio o Sr. **Deputado Municipal António Barata**, referindo que poderíamos subdividir à apreciação dos pontos 4 e 5, utilizando uma avaliação do tipo artístico, dividida em nota técnica e nota artística, em que para as contas seria vinte e a nota artística zero. -----

----- Conclui, dizendo que "*nós faríamos doutro modo, nunca faríamos do modo como estamos aqui a fazer, pois no que diz respeito à avaliação, será que vale a pena a este executivo ou aqui a nossa Assembleia estar a fazer uma avaliação do inventário para ver o delta, o diferencial em relação ao que vale hoje?*" -----

----- Interveio o Sr. **Vereador Luís Paulo Costa**, agradecendo ao Sr. Eng.º João Oliveira as palavras que lhe



Assembleia Municipal

dirigiu e dizer ainda, que se sente muito bem com esta equipa, que assumiram um programa eleitoral que foi cumprido na prática de falar a verdade acerca da situação financeira do Município, recusando naturalmente escamotear o que é que seja. -----

----- Em relação a esta matéria de certificação de contas, lembrou que partiram de uma situação de 28/Outubro de 2005, com 11 reservas que os auditores colocaram às contas e com uma situação em que as demonstrações financeiras não apresentavam de forma verdadeira e apropriada a situação ou ,posição financeira do Município de Arganil. -----

----- Referiu ainda, que naturalmente não se dá por satisfeito por isto, mas na verdade foi feito um caminho muito significativo e muito consolidado na melhoria daquilo que são as demonstrações financeiras e em relação a esta matéria achar que a evolução é inequívoca. -----

----- Continuou, referindo-se à relevância ou importância das reservas que foram suscitadas pela BDO, colocando a questão de quais são as consequências contabilísticas, de uma avaliação ao património do Município, particularmente àquilo que não está avaliado. -----

----- Salientou, que o executivo até poderia fazer aqui um brilharete artístico muito grande, ao fazer a avaliação, passando provavelmente de um activo de 41 milhões para um activo de 100 milhões, que era absolutamente artificial, porque não acrescentava uma única obra ao Município e de repente dizíamos que o activo tinha crescido aqui mais do dobro de um ano para o outro. Perguntou então, "*isto justifica-se?*" -----

----- Referiu, que depois também daqui, decorre outro aspecto, que é a questão das amortizações, uma conversa mais técnica que relevar para a questão dos custos, da demonstração de resultados, e como já foi dito, a verdade é uma, os bens são da Câmara e em relação à segurança nada está colocado em causa, interessando naturalmente avaliar se vale ou não a pena com carácter de grande urgência esta avaliação. -----

----- Continuou, dizendo "*fizemos já uma recolha de informação junto de outras Autarquias, que seguiram a metodologia de encomendar este serviço a entidades externas, todos os Municípios que foram contactados e que foram ouvidos em relação a esta matéria, desaconselharam vivamente. As Experiências que existiram são para esquecer, porque o trabalho foi feito em cima do joelho, não foi tudo feito de uma forma séria, foi feito essencialmente, porque essas entidades queriam naturalmente potenciar os seus lucros, portanto este é um caminho que não nos parece correcto. É portanto algo a fazer internamente, de uma forma séria e credível pelos serviços da Autarquia.*" -----

----- Referindo a título de exemplo, um caso concreto, da Rede Viária Municipal, disse "*que a Rede Viária do concelho tem cerca de 1.200 km, todos estes km ou um boa parte deles com características diferentes, é preciso perceber que não é qualquer técnico que faz uma avaliação desta natureza, nem é uma avaliação que seja muito rápida. Obviamente que do ponto de vista técnico e do ponto de vista contabilístico, o correcto é que ela se faça e que nos elementos contabilísticos, esteja tudo de facto reflectido. Não nos parece particularmente grave, no caso de uma entidade pública esta matéria pese, embora as consequências que são meramente contabilísticas desta questão*". -----



Assembleia Municipal

----- Em Relação à ADSE, referiu, que quando tomaram posse, estava reflectido nos elementos financeiros da Câmara um determinado volume de dívidas à ADSE, cerca de 221 mil Euros, que foram integralmente pagos aquando do processo do saneamento financeiro, para além disto, tem-se cumprido regularmente com a ADSE, assim como com restantes fornecedores e prestadores de serviço, todas as facturas estão pagas no prazo entre 60 a 90 dias. -----

----- Continuou referindo, que em relação à ADSE, os 500 mil Euros, são de um período anterior a 2005, aliás anterior a 2002, porque o anterior executivo tinha reflectido dívida entre 2002 e 2005, portanto, havendo dívida com antiguidade de 30 anos. -----

----- Referiu ainda, que o que foi sugerido nos vários contactos com a ADSE, é que pela ADSE que é um organismo interessado em receber estes valores, seja desencadeado um processo judicial, tendo em vista a cobrar esta dívida. Aí, os juristas de ambas as partes, apreciarão se a dívida está prescrita ou não, se é ou não devida e o juiz chegará ao final e dará uma sentença, que será respeitada pelas partes. -----

----- Referindo-se à questão do Deputado Manuel Augusto sobre a ADSE, referiu, que foi uma matéria que cedo os motivou a criar quadro específico em regime de contrato individual do trabalho, porque efectivamente os funcionários em funções públicas, são automaticamente inscritos na ADSE e a ADSE funciona como um mero intermediário, ou seja, num determinado serviço de saúde, aquilo que não seja pago pelo funcionário, é integralmente pago pelo Município, pelas Autarquias, daí, se houver um problema de saúde mais grave, como já aconteceu aqui nos nossos funcionários, é muito fácil aparecer uma factura relativa a um funcionário, relativa a um determinado mês, de 25, 30, 50 ou 60 mil Euros. -----

----- Continuou, dizendo " *este é de facto um problema que existe, é algo com que temos de confrontar e já várias vezes eu próprio disse que seria bem mais vantajoso para os funcionários e para a Autarquia, suportar o custo com um seguro de saúde e abandonar esta via da ADSE. Lamentavelmente, do ponto de vista legal, esse é um caminho que não pode ser seguido.*" -----

----- Interveio o Sr. **Deputado Manuel Augusto**, para em relação à resposta do Dr. Luís Paulo, colocar a seguinte questão: o que é que obriga a Autarquia a pagar, uma vez que todos os outros funcionários públicos da ADSE, não têm esse benefício. *O que é que obriga as Câmara a pagar aquilo que a ADSE não comporta? É algum compromisso específico da Câmara de Arganil, das Câmaras em geral, é que caímos então em desigualdade, portanto há filhos e enteados.* -----

----- Interveio de novo o **Sr. Vereador Luís Paulo Costa**, para em resposta ao Deputado Manuel Augusto, dizer o seguinte " *isto é uma consequência legal e que é aplicável a todas as Autarquias sem excepção. Não é nenhum compromisso específico de Arganil, todas as autarquias se debatem com esta situação, que amiudadamente tem sido suscitada pela própria Associação Nacional a Associação Nacional de Municípios.*" -----

----- Referiu ainda, que regra geral da Segurança Social, é que existe uma taxa social única e esta taxa social única é decomposta por várias parcelas, eventualidade de desemprego, eventualidade de doença, eventualidade de uma série de situações, que estão concentradas nesta taxa social única. Em termos gerais, no caso das entidades públicas das Autarquias, é 20,5%. Então a justificação teórica e legal para esta situação, com que as



Assembleia Municipal

Autarquias se confrontam e é uma situação que neste momento é muito mais grave, do que aquela que existia à uns anos, as Autarquias neste momento suportam para a caixa geral de aposentações 15% sobre a massa salarial dos funcionários e portanto haver aqui uma percentagem inferior àquilo que é pago à Segurança Social no regime da Segurança Social, cerca de 5% de diferença.-----

----- Terminou, referindo que em termos legais e teóricos, estes 5% seriam aquilo que corresponde à eventualidade da doença, particularmente desta questão da saúde. Também sabemos que estes 5% deste diferencial são manifestamente insuficientes para fazer face a estes custos. -----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara**, reafirmando em primeiro lugar a transparência e a verdade das contas hoje apresentadas. -----

----- Em relação ao QREN, outra das questões abordadas por vários Deputados, referiu ser importante explicar qual é o procedimento em termos de pagamentos por parte da Administração Central à Autarquia,, particularmente por parte das estruturas directivas do QREN.-----

----- Relativamente ao que o Sr. Deputado Manuel Augusto dizia, que havia muito dinheiro a receber em 2005 de obras que estavam feitas, referiu que para receber esse dinheiro, é preciso que elas estejam pagas. -----

----- A exemplo concreto, referiu que a estrada de ligação entre a Urgueira, o Maladão e Arganil, havia uma dívida da câmara de 700 mil Euros. Mediante isso, só se poderia receber o dinheiro por parte da estrutura do QCA III depois de se pagar essa dívida e foi este executivo que a pagou. Portanto é assim que se processa. -----

----- Em relação à intervenção do Sr. Deputado Eugénio Fróis, ao dizer que não se espera que as candidaturas sejam aprovadas em 15 dias ou meio ano, referiu então que o que se está aqui a referir hoje, são de candidaturas que estavam aprovadas, obras que estão pagas e sobre a qual a Câmara não recebe financiamento. -----

----- Referiu ainda, que ao dia de hoje, se registou uma dívida da Administração Central de 1.150.000, 00 €, ou seja, obras que têm autos aprovados e que estão pagas. Naturalmente as obras continuarão e haverá dinheiro a receber. -----

----- Continuou, passando a discriminar as obras das quais o Estado está em incumprimento com a Autarquia de Arganil, no valor de 1.150.000,00 €: -----

- Centro Escolar de Coja - com pedidos de pagamento no valor de 227.011,28 €;
- Beneficiação de Acessibilidades ao Piódão - Com pedidos de pagamento no valor de 108.046,85€;
- Requalificação de Espaços Exteriores e Redes Viárias do Piódão - Com uma participação para receber de 191.480,32 €;
- Beneficiação Acessibilidades à Serra do Açor -Comparticipação solicitada no valor de 297.152,92€;
- Centro Empresarial e Tecnológico de Arganil – Participação solicitada pelo valor de 332.073,85 € .

----- Referiu então, haver aqui uma grande diferença, é que as obras estão pagas e este é o financiamento que está pedido e que o Governo continua a não cumprir, não colhendo aqui a questão da crise, porque este dinheiro vem directamente de Bruxelas e portanto está no banco, não se percebe é porque de facto não existe tanta celeridade. -----



Assembleia Municipal

----- Centrando-se na intervenção do Sr. Deputado Eugénio Fróis, com a apreciação de que este executivo só aposta em festas, feiras e romarias, disse " *haver aqui uma clara confusão, entre aquilo que é populismo e popularidade, eu sei que incomoda de facto a presença constante deste executivo em todo o concelho* ". -----

----- Continuou, fazendo uma breve súmula daquilo que foi a actividade deste Executivo Camarário, para elucidar o Sr. Deputado Eugénio Fróis, assim como também os Arganilenses. Passou então a apresentar a informação escrita, referente ao ponto n.º 6 da Ordem do Dia, a qual se encontra anexa a esta acta. -----

----- Terminou, dizendo que " *no âmbito das finanças autárquicas e reforçando aquilo que já foi dito, falámos verdade sobre as contas da Câmara, estancamos financeiramente a Autarquia e introduzimos a regra de pagamentos até 90 dias* ". -----

----- Interveio de novo o Sr. **Deputado Eugénio Fróis**, referindo que o verdadeiro problema e o problema político que se está a discutir, é a obra ou a falta dela e na sua perspectiva, circulando por aí, chega à conclusão que o verdadeiro problema é a falta de obra, porque aquilo que têm assistido, é efectivamente gestão e melhorias. -----

----- O Sr. **Deputado Manuel Augusto**, interveio de novo, para referir que o Deputado Luís Quaresma, disse que eram 5 milhões de Euros que não tinham vindo do Governo e afinal, é apenas 1.150.000,00 €. -----

----- Interveio o Sr. **Deputado Municipal Luis Quaresma**, referindo que não tinha dito que estavam executadas obras no valor de 5 milhões de Euros, disse sim, que esse era o valor que era suposto o Estado ter pago, para comparticipação de obras e que não foram ainda disponibilizados. -----

----- Continuou o Sr. **Presidente da Assembleia em exercício**, que informou ter que se proceder à votação, sobre o ponto nº 4, sendo aprovado por maioria, com 4 votos contra e 4 abstenções. Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 92º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, e ulteriores alterações, e para os efeitos do disposto no nº 4 do citado artigo e diploma legal. -----

5 - Aprovação da proposta da aplicação do resultado líquido do exercício relativo ao ano de 2008.

----- O Sr. **Presidente da Câmara**, fez a apresentação deste ponto, sendo depois posto à votação, o qual foi aprovado por maioria com quatro votos contra e quatro abstenções. -----

----- Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 92º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, e ulteriores alterações, e para os efeitos do disposto no nº 4 do citado artigo e diploma legal. -----

6 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos da alínea e) do nº 1 do art. 53 da Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações.

----- O Sr. **Presidente da Assembleia em exercício** referiu que como esta informação escrita já tinha sido referida no ponto nº 4 da Ordem do Dia, deu a palavra ao Sr. Deputado Nuno Mata.



Assembleia Municipal

----- Intervio então o **Sr. Deputado Nuno Mata**, fazendo apenas uma questão, referente à intervenção do Sr. Presidente da Câmara, que gostaria de ficar esclarecido, acerca do ponto da situação das obras de alargamento do cemitério de Coja. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara**, referiu ser essa obra da responsabilidade da Junta de Freguesia, estando a Câmara a dar todo o acompanhamento e todo o apoio técnico, estando neste momento em fase de licenciamento, para depois poder ser formalizado. -----

----- Não havendo mais nenhum ponto da agenda, o Sr. **Presidente da Assembleia em exercício**, dirigiu palavras de agradecimento em nome da Assembleia Municipal, à imprensa regional e local, e até europeia, pelo facto da nossa imprensa chegar a todos os países da Europa e até às Américas, na divulgação e imagem que dão da Assembleia Municipal. -----

----- Terminou, dando os trabalhos por terminados desejando o resto de um bom dia. -----

----- Sendo doze horas e quarenta minutos e não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente em exercício declarou encerrada a sessão, de que para constar se lavrou a presente acta, que eu _____, 1º Secretário redigi, subscrevi e também assino. -----



Assembleia Municipal

ANEXOS